

CEDI - P. I. B.
DATA 25/03/94
COD 3450063

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
VICE-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
INSTITUTO GOIANO DE PRÉ-HISTÓRIA E ANTROPOLOGIA
Caixa Postal 86
Fone: 227-12 21 Goiânia/GO

SÉRIE ANTROPOLÓGICA - 01
O PAPEL DAS ASSEMBLÉIAS DE
LÍDERES NA ORGANIZAÇÃO DOS
POVOS INDÍGENAS DO BRASIL
Marlene Castro Ossami

EXPLICAÇÃO PRELIMINAR

De acordo com um levantamento divulgado na edição de dezembro de 1992 pelo jornal **Porantim**, do Conselho Indigenista Missionário, órgão da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), existem 100 (cem) organizações indígenas no País. Distribuídas por 21 das 27 unidades da República Federativa do Brasil, estas organizações são de cinco tipos: aquelas que congregam um único povo, outras que reúnem mais de um povo, outras que representam categorias de indígenas, como estudantes, professores, mulheres, agentes de saúde etc., articulações de organizações e, finalmente, organizações em âmbito nacional.

Mais de 90% dessas entidades foram formadas nos últimos 8 (oito) anos, ou seja, depois que concluí minha pesquisa sobre "o papel das Assembléias Indígenas na organização dos povos indígenas no Brasil". A pesquisa abrangeu 57 assembléias de líderes indígenas, acontecidas entre abril de 1974 e agosto de 1984 - em pleno período da ditadura militar. Durante a ditadura, também o movimento indígena sofria muitas restrições, e as assembléias indígenas foram o canal de expressão das reivindicações dos mais de 200 (duzentos) povos indígenas do Brasil. Embora não pudessem, naquele momento, criar organizações permanentes, eles mantinham seus vínculos organizativos por meio dessas assembléias periódicas.

Com a redemocratização do País a partir de 1985, começaram a ser criadas livremente as organizações indígenas. O momento de maior efervescência do movimento indígena no Brasil se deu a partir dos anos de 1987 e 1988, quando a Assembléia Nacional Constituinte discutiu e votou a nova Constituição Federal. De modo articulado, organizações indígenas e também entidades indigenistas (civis e religiosas) trabalharam junto aos constituintes para garantir os direitos indígenas na nova Constituição. Foi uma luta vitoriosa: os artigos 231 e 232 da Carta Constitucional consagraram direitos até então negados aos povos indígenas no Brasil.

Minha pesquisa, concluída no final de 1984, pode ajudar a se compreender melhor esse processo, mostrando como as assembleias indígenas, que congregavam diferentes povos de uma mesma região ou de regiões muito distantes, foram criando as condições para o surgimento das organizações indígenas. O trabalho original tem 135 páginas datilografadas, e está acessível à pesquisa, na Biblioteca do IGPA (Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia) da Universidade Católica de Goiás. O texto apresentado nas páginas seguintes é um resumo, feito para publicação.

Goiânia, junho de 1993

A Autora

INTRODUÇÃO

Este ensaio é apresentado como trabalho de conclusão do curso de especialização em "Antropologia - Recursos Audiovisuais em Etnologia", ministrado na Universidade Católica de Goiás, sob a orientação do Professor Dr. Roque de Barros Laraia, da Universidade de Brasília (UnB). Além do texto, integra o trabalho um audiovisual com 100 diapositivos e uma fita cassete com 25 minutos de gravação.

Embora o campo de estudo esteja circunscrito aos anos 1974-1984, é necessário retomar brevemente a história do Brasil colonial, para se entender o que pode significar "organização indígena" num país onde os índios foram quase exterminados. Enquanto no Peru, na Bolívia e na Guatemala eles ainda são mais de 60% da população nacional, no Brasil os remanescentes indígenas não chegam a 0,2% da população: 220.000 (duzentos e vinte mil) índios, de 220 (duzentos e vinte) diferentes povos, num país com mais de 140 (cento e quarenta) milhões de habitantes.

Quando os portugueses chegaram a estas terras, no ano de 1500, existiriam aqui alguns milhões de aborígenes - os cálculos variam entre 4 (quatro) e 10 (dez) milhões de pessoas.

Nos primeiros 30 anos, as relações econômicas entre colonizadores e aborígenes não eram conflitivas: os portugueses retribuía[m] a mão-de-obra indígena, empregada na extração de pau-brasil, com utensílios de ferro e outros bens.

Em 1532, porém, foi implantado o sistema de "capitanias hereditárias" para a expansão da agricultura, e os indígenas passaram a ser vistos, de um lado, como estorvo à ocupação da terra e, de outro, como mão-de-obra escrava em potencial. Quase todas as capitanias conheceram lutas sangrentas entre europeus e índios, pois estes não se submetiam facilmente à escravização - o que levou os portugueses, mais tarde, a buscarem escravos na África negra.

As capitanias hereditárias existiriam até a segunda metade do século XVIII, quando elas passaram a ser "reais". Nesse período, e depois até a independência política do Brasil (1822), o massacre dos povos indígenas se acelerou. Isso não significa que a dizimação tenha sido menor no período do Império (1822-1889), ou mesmo após a proclamação da República (1889). O antropólogo Darcy Ribeiro, em seu livro "Os índios e a civilização" (Rio de Janeiro, 1970), afirma que, em menos de seis décadas deste século - de 1900 a 1957 - desapareceram 87 (oitenta e sete) povos indígenas no Brasil, o que equivalia a 30% das etnias existentes no início do século no País.

Este massacre não se deu totalmente sem resistência. São conhecidos, no período colonial, dois significativos momentos de organização indígena no Brasil: a "Confederação dos Tamoios" e a "República Guarani".

A CONFEDERAÇÃO DOS TAMOIOS

Com a chegada ao Brasil, em 1549, do primeiro governador-geral português, Tomé de Souza, alastraram-se a exploração sobre os indígenas e os abusos de toda ordem. Junto com o governador, vieram os primeiros missionários jesuítas, entre os quais Manuel da Nóbrega e José de Anchieta, que tiveram papel destacado nas "negociações" entre os portugueses e os indígenas rebelados.

As relações entre os franceses e os Tupinambá foram um dos pretextos para o massacre que os portugueses praticaram contra os povos indígenas. Nos governos gerais de Duarte da Costa (a partir de 1553) e de Mem de Sá (a partir de 1557), organizou-se a primeira resistência dos povos indígenas: a chamada Confederação dos Tamoios.

A título de esclarecimento, não existiu, como se pensa vulgarmente, o povo "Tamoio". Esse nome é corruptela da palavra tupi "tamuya" - ou seja, o mais velho do lugar. A

Confederação dos Tamoios, que congregou sobretudo os Tupinambá de várias aldeias do hoje Estado do Rio de Janeiro e do litoral norte de São Paulo, e também os Goitacaz, os Aimoré, os Tupinikin e parte dos Guaianaz - significa, portanto, a Confederação dos Mais Velhos, os líderes mais respeitados desses povos, como os chefes Tupinambá Kunhãbebe, Aimberê, Pindobucu e Koakira, e o Guaianaz Araraí.

Aimberê, que veio a ser o mais importante líder da Confederação dos Tamoios, cresceu conhecendo a violência do invasor português. Sua aldeia, Uruçumirim, fora destruída por Brás Cubas, que levou os índios sobreviventes para trabalharem em sua capitania de São Vicente. O chefe Kairucu, pai de Aimberê, morreu como escravo nas fazendas de São Vicente. Aimberê comandou a fuga dos Tupinambá, e convocou outros líderes para formarem a confederação. Kunhãbebe, chefe da aldeia Tupinambá, foi escolhido para liderar a nascente Confederação dos Tamoios. Quando Kunhãbebe morreu, com centenas de outros Tupinambá, contaminados por doenças dos franceses, Aimberê assumiu a liderança da Confederação.

Os portugueses tinham, como aliados, os Temiminó e quase todos os Guaianaz. Este povo se aliou aos portugueses porque um colono, João Ramalho, havia se casado com a filha de Tibiriçá, chefe Guaianaz. Também os Karijó foram aliciados pelos portugueses.

De seu lado, a Confederação contava com os Tupinambá, parte dos Guaianaz, liderados por Araraí, os Tupinikin, os Goitacaz, e os Aimoré, entre outros. Os franceses de Villegaignon apoiavam a Confederação dos Tamoios, pois isto lhes dava fôlego para continuarem extraindo as riquezas da colônia portuguesa.

As batalhas entre os confederados e os portugueses foram muitas, inicialmente com saldo positivo para os indígenas, a ponto de os portugueses pedirem a intermediação dos jesuítas para conseguirem um tratado de paz. Os Tamoios exigiram, para selarem a paz, a libertação de todos os índios escravizados e que lhes fossem entregues os índios traidores dos confederados.

As condições foram aceitas e a paz foi firmada. Mas ela pouco durou. Em 1560, o governador Mem de Sá expulsou os franceses do Rio de Janeiro. Por esse tempo, os portugueses destruíram a aldeia de Iperoig, matando, entre muitos outros índios, o líder Araraí e escravizando os sobreviventes. A Confederação foi reativada. Os Tamoios faziam ataques a fazendas e engenhos. Estácio de Sá, sobrinho de Mem de Sá, comandava as tropas portuguesas. Uma a uma, as aldeias dos confederados foram sendo destruídas. Estácio de Sá foi morto. Mas os Tamoios resistiram por pouco tempo mais. A aldeia de Aimberê foi arrasada, e o líder Tupinambá assassinado, em 1567.

A resistência dos Tamoios, ainda no século XVI, veio comprovar a capacidade dos indígenas de oporem resistência organizada aos invasores de seu território.

A RESISTÊNCIA DOS GUARANI

Outro marco histórico da resistência indígena ao genocídio praticado pelos invasores europeus foi a luta dos Guarani das reduções jesuíticas do Sul do Brasil, nos séculos XVII e XVIII.

As reduções organizadas pelos Jesuítas tinham como objetivo proteger os índios das investidas dos conquistadores, agrupando-os em aldeamentos, onde eram "instruídos" e "catequizados" pelos missionários. Os Jesuítas fundaram reduções no Sul do Brasil, inicialmente na região de Guaíra, no hoje Paraná, e depois mais ao sul, em território que compreendia não apenas grande parte do Rio Grande do Sul de hoje, no Brasil, mas também em áreas pertencentes atualmente ao Paraguai e à Argentina.

As reduções do Sul seguiam o modelo dos aldeamentos feitos no Leste e Nordeste do Brasil pelos mesmos missionários. A primeira redução no Sul foi fundada em 1610, no Paraná. Em 1630, já havia 24 reduções na região de Guaíra, Paraná. Ali os Guarani se punham a salvo dos escravizadores espanhóis do

Paraguai. Não ficaram, porém, suficientemente distantes dos mesmos caçadores de escravos do lado português, que saíam de São Paulo para atacar as reduções no Paraná.

Os ataques das "bandeiras" paulistas arrasaram as reduções de Guaíra. Dos 100.000 (cem mil) Guarani que chegaram a viver ali, apenas 2.500 (duas mil e quinhentas) famílias conseguiram escapar, em 1631, e foram mais para o sul, na região do Paraguai.

Instalando-se nas novas áreas, restabeleceram a prosperidade e a organização das reduções. Em 1639, os Jesuítas obtiveram do Rei da Espanha autorização para que os Guarani fabricassem armas de fogo. Dessa forma, eles tiveram, em 1641, a sua primeira vitória contra os invasores brancos, em Mbororé. Outras batalhas menores se seguiram. A última delas - também vencida pelos Guarani - foi em 1651. Abriu-se, então, um período de 100 (cem) anos de paz nas reduções.

Em 1750, Portugal e Espanha assinaram o Tratado de Madri, redefinindo os limites das colônias. Por esse tratado, Espanha recebia de Portugal a colônia de Sacramento, cedendo, em troca, as terras do Rio Grande do Sul, onde existiam sete reduções Guarani, muito populosas e prósperas. A ordem dada era de que missionários e índios abandonassem seus aldeamentos e terras, e se transferissem para a parte espanhola.

Os Guarani resistiram. Chefiados inicialmente pelo corregedor (governador Guarani) da redução de São Luís,

Miguel Javat, e depois pelo corregedor da redução de São Miguel, Sepé Tiaraju, os Guarani enfrentaram as forças de Portugal e Espanha durante mais de três anos (1753 a 1756), conseguindo derrotar os colonizadores na primeira fase da guerra.

Somente em 1756, quando foram reunidos vários regimentos dos dois exércitos coloniais, os Guarani foram derrotados, e Sepé Tiaraju foi morto. Os portugueses tomaram a redução de São Miguel e, em seguida, submeteram as outras reduções.

POLÍTICA INDIGENISTA, NESTE SÉCULO

Em 1910, o governo brasileiro criou o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), por influência do pensamento positivista do Marechal Cândido Mariano Rondon, que, durante duas décadas, desenvolveu, à frente do órgão, uma política de contenção do etnocídio. A partir de 1930, o SPI se envolveu em toda sorte de irregularidades, facilitando a invasão das terras indígenas por fazendeiros e fazendo "vista grossa" aos massacres. Houve vários escândalos de abusos e corrupção dos próprios funcionários do SPI. Por isso, em 1967, esse órgão federal foi extinto e, em seu lugar, criada a Fundação Nacional do Índio (Funai), que já nasceu sob a sombra dos militares. Durante quase duas décadas, coronéis e generais se sucederam na presidência da Funai.

Em dezembro de 1973, o governo militar sancionou o Estatuto do índio (Lei 6001), que manteve o princípio da tutela do Estado sobre os índios - que eram legalmente equiparados aos menores de idade - e que fixou um prazo de cinco anos para o Governo concluir a demarcação de todas as áreas indígenas.

é desnecessário dizer que esse prazo não foi cumprido. Até hoje, 1993, não foi concluída a demarcação das áreas indígenas, e muitas delas, mesmo demarcadas, estão invadidas.

Ainda na década de 70 - mais exatamente, em abril de 1972 - foi criado o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. O Cimi não apenas revelou uma nova face da Igreja Católica em seu trabalho entre os índios, penitenciando-se de sua cumplicidade com o projeto colonial, como estabeleceu um vigoroso canal de denúncia num momento em que a censura à imprensa sepultava a verdade dos fatos e silenciava as vozes que quisessem levantar-se em solidariedade aos povos indígenas.

Assim como outros setores da Igreja no Brasil tiveram um papel destacado na resistência às violências da ditadura militar, o Cimi cumpriu um importante papel como aliado da causa indígena - principalmente até 1977, quando começaram a se formar entidades civis de solidariedade aos povos indígenas. Foi

do Cimi a iniciativa de patrocinar as primeiras Assembléias Indígenas, a partir de 1974.

SUMÁRIO DAS ASSEMBLÉIAS

No espaço de dez anos e quatro meses - ou seja, de abril de 1974 a agosto de 1984 - realizaram-se, em 15 diferentes Estados e Territórios brasileiros (e também no Distrito Federal), 57 Assembléias de líderes indígenas. Este ensaio analisou desde a primeira assembléia indígena de que se tem registro, acontecida em Diamantino-MT, por ocasião do Dia do Índio de 1974, até a longa assembléia de Rio Branco-AC, realizada de 10 a 21 de agosto de 1984, tempo em que esta pesquisa estava sendo concluída.

As fontes principais foram as publicações mensais do Cimi (Conselho Indigenista Missionário da CNBB): o "Boletim do Cimi" e o "Porantim" - este último, um jornal tablóide. O "Boletim do Cimi" circulou de setembro de 1972 até dezembro de 1981; o "Porantim" foi lançado em maio de 1978 e circula até hoje. Foram consultadas, também, outras fontes disponíveis, como, entre outras, um Caderno Especial da Comissão Pró-Índio de São Paulo, as edições anuais do "Aconteceu" (publicação do Cedi - Centro Ecumênico de Documentação e Informação) e as duas primeiras edições do "Jornal Indígena", da UNI - União das Nações Indígenas.

Doze itens foram pesquisados para a elaboração de cada um dos 57 sumários:

1) **Onde** - localização geográfica: município, aldeia, rio onde aconteceu a Assembléia.

2) **Quando** - data de realização.

3) **Tema** - foi relacionado, naqueles casos em que o convite ou o anúncio da Assembléia - ou, ainda, seu documento final - mencionava claramente o tema principal.

4) **Composição étnica** - relação dos povos participantes (quando as fontes mencionavam, fez-se também a relação de assistentes não-índios).

5) **Convite** - quem convocou a Assembléia.

6) **Coordenação** - nos relatos, raras vezes havia essa informação tão relevante.

7) **Local** - a ambientação da Assembléia.

8) **Frequência dos Assuntos** - Este, sem dúvida, foi o item mais importante dos sumários das assembleias pesquisadas. Mas o resultado não foi uniforme: nas assembleias bem documentadas, a pesquisa dos assuntos foi exaustiva; em outras, com poucas referências, a listagem dos assuntos resultou muito pequena. Os assuntos listados foram agrupados em 10 temas amplos: 1) terra; 2) saúde; 3) escola; 4) autodeterminação e organização indígena; 5) cultura; 6) "desenvolvimento", projetos agrícolas; 7)

relações com a Funai e com as demais autoridades; 8) devastação dos recursos naturais; 9) outros relacionamentos com a sociedade nacional; 10) questões internas (dos povos indígenas). Cada tema compreendia, ainda, alguns subtemas. Numa tabela final, registrou-se a frequência dos temas e subtemas.

9) **Colaboração** - o objetivo desse item foi fazer um reconhecimento dos aliados da luta indígena, mas foram poucas as fontes que trouxeram esse tipo de informação.

10) **Desdobramento** - De algumas Assembléias, saíram documentos, declarações; no final de outras, houve algum tipo de manifestação pública, ou foram tomadas providências importantes para a vida dos povos representados.

11) **Outras Observações**

12) **Fontes**

ALGUNS SUMÁRIOS

Das 57 Assembléias pesquisadas para este trabalho, reproduzimos, a seguir, o sumário de quatro: de São Marcos (maio de 1978), da Ilha de São Pedro (outubro de 1979), uma de Brasília (junho de 1980) e uma de São Paulo (abril de 1981). O item 8 dos sumários ("Frequência dos assuntos") é sempre o mais extenso - e, aliás, bastante repetitivo. Por isso, vamos reproduzir integralmente esse item apenas da Assembléia de São Marcos. Nos sumários das outras três Assembléias, a frequência dos

assuntos será resumida, apontando-se apenas os assuntos abordados um maior número de vezes.

SÃO MARCOS / MT

1 - **Onde** - Aldeia de São Marcos, município de General Carneiro - MT.

2 - **Quando** - 15/19 de maio de 1978

3 - **Tema** -

4 - **Composição Étnica** #

- | | |
|-------------------|---|
| 1 - Paresi-MT | 9 - Tukano-AM |
| 2 - Nambikuára-MT | 10 - Karipuna-AP |
| 3 - Irantxe-MT | 11 - Galibi-AP |
| 4 - Rikbaktsa-MT | 12 - Kaingang-RS |
| 5 - Kayabi-MT | 13 - Xavante-MT |
| 6 - Tapirapé-MT | 14 - Guarani-MS |
| 7 - Karajá-GO | 15 - Bororo-MT |
| 8 - Apiaká-MT | 16 - Representante dos índios do Paraguai (Presidente da API) |

Obs.: Participaram representantes de 16 povos indígenas; participaram vários brancos, porém como ouvintes e filmadores.

5 - **Convite** - Foi feito pelo chefe Xavante Aniceto.

6 - **Coordenação** - Ficou a cargo dos Xavante e do chefe Aniceto.

7 - **Local** - A Assembléia foi realizada dentro de um salão da escola da Missão. Seu formato é o mesmo de uma sala de aula comum: uma mesa na frente da sala e as demais cadeiras à frente da mesa, não faltando o quadro-negro, o giz e o quadro do santo (São Domingo Sávio) na parede.

8 - **Frequência dos Assuntos** :

1 - Promessas da Funai (4 x)

2 - Terra (geral - 8 x)

- Funai parou demarcação (2x)

- Estrada corta reserva (2x)

- Hidrelétrica construída em área indígena (1x)

- Demarcação por conta própria (1x)

- DGPI especula terra indígena (1x)

- Estrada traz invasão (1x)

- Área não demarcada (1x)

- Banco pega só terra boa (1x)

- Reserva dividida por uma reserva florestal (1x)

- Área reduzida (1x)

- Banco não necessita de muita terra (1x)

- índio que vende seu lote e se apossa de outro (1x)

3 - Gado do índio some (1x)

4 - DGPI não cumpre promessa de fazer casa (1x)

5 - Enfermaria construída longe da aldeia (1x)

6 - Dinheiro de venda de bens indígenas não retorna (1x)

- 7 - Criação de búfalo da Colônia Militar fica dentro da reserva (1x)
- 8 - Búfalos estragam lavoura (1x)
- 9 - Falta atendimento médico (5x)
- 10 - Invasão branco (fazendeiro) (3x)
- 11 - Funai serra toda a madeira (1x)
- 12 - índio é proibido de serrar madeira (1x)
- 13 - Funai vende madeira do índio pro índio (1x)
- 14 - Chefe de Posto permite paraguaio derrubar árvore pra vender (1x)
- 15 - Falta escola (3x)
- 16 - Falta igreja (1x)
- 17 - Levar para aldeia documento da Assembléia (1x)
- 18 - Autodeterminação (3x)
- 19 - Falta máquina para lavoura (2x)
- 20 - Omissão e conivência do Chefe de Posto (1x)
- 21 - Descaso Funai (2x)
- 22 - Chefia imposta maltrata índio (1x)
- 23 - Chefe de Posto dá melhor assistência a posseiro (1x)
- 24 - índio que casa com branco e vem morar na aldeia (1x)
- 25 - Emancipação não serve (1x)
- 26 - índio é proibido de usar tratores do Patrimônio Indígena, só branco pode (1x)
- 27 - Miscigenação acaba com índio (1x)
- 28 - Campeonato de futebol na aldeia traz muito branco (1x)
- 29 - Enfermeiro da Funai não cumpre com obrigação (1x)
- 30 - Fazendeiro não permite índio caçar e pescar (1x)

31 - Chefe da aldeia não permite índio sair para pedir auxílio
(1x)

32 - Dever do Governo de ajudar índio (1x)

33 - Autonomia (5x)

34 - Respeito ao índio (3x)

9 - **Colaboração** - Cimi/Missões

10 - **Desdobramento** :

- Foi lida uma declaração dos participantes do encontro à opinião pública;

- Foi feito um resumo da situação apresentada pelos vários grupos. Este resumo foi multiplicado e enviado a todas as aldeias participantes e para o presidente da Funai;

- Reforço da união indígena.

11 - **Outras Observações** : Foi tida como ponto positivo a presença de um índio guarani do Paraguai (presidente da API - Associação de Parcialidades Indígenas) Esta foi a primeira vez em que participou representante de outro País;

- Esta Assembléia foi filmada por Zelito Vianna e incluída no Filme "Terra dos índios".

12 - **Fonte** : Boletim do Cimi nº 47 (junho/1978) p. 5/18.

ILHA DE SÃO PEDRO / SE

1 - **Onde** - Ilha de São Pedro, município de Porto da Folha/SE.

2 - **Quando** - 12 a 14 de outubro de 1979.

3 - **Tema** :

4 - **Composição Étnica** :

- | | |
|-------------------|---------------------|
| 1 - Xokó/SE | 8 - Kayabi/MT |
| 2 - Kaimbé/BA (5) | 9 - Xavante/MT |
| 3 - Truká/PE | 10 - Bakairi/MT |
| 4 - Tupinikin/ES | 11 - Irantxe/MT (3) |
| 5 - Guarani/ES | 12 - Rikbaktsa/MT |
| Guarani/MS | |
| 6 - Kayowá/MS | 13 - Nambikuára/MT |
| 7 - Tapirapé/MT | 14 - Pataxó/BA |

Obs.: Não foi registrado o número total de participantes indígenas. Da parte "branca", além dos missionários que trabalham na pastoral indigenista, participaram também o coronel Mércio Gomes, chefe da Divisão de Segurança e Informação do Ministério do Interior, e os funcionários da Funai, Delvair Melatti (antropóloga) e Sidney Possuelo (sertanista). Participaram também o presidente do Cimi, D. José Gomes, e o bispo de Propriá, D. José Brandão.

5 - **Convite** : Feito pelos Xokó.

6 - **Coordenação** : Composta por 10 índios Xokó.

7 - **Local** : O encontro foi realizado debaixo de um pé de tamarindo, com bancos de madeira fincados no chão.

8 - **Frequência dos Assuntos** :

1 - Terra - para plantar e morar.

2 - Funai - Promessas não cumpridas; descaso; proíbe índio de participar de Assembléia; não demarcação das terras.

3 - Conflito entre fazendeiros e índios - invasão das terras indígenas; ameaças e perseguições.

4 - Autodeterminação - autonomia.

5 - Solidariedade

6 - Educação - índio precisa estudar e voltar para a aldeia

9 - **Colaboração** - Cimi; Missões; Oxfam.

10 - **Desdobramento** - Solidariedade de representantes da sociedade nacional, comprometidos com a causa indígena.

- Foi elaborado um documento dirigido ao Presidente da República e à Funai, onde os índios reivindicam seus direitos.

11 - **Outras Observações** :

- D. José Brandão, responsável eclesiástico da área onde aconteceu a Assembléia, foi ameaçado pelo procurador da Funai, Dr. Romildo Leite, de que, caso a Assembléia se realizasse, ele se retiraria do trabalho junto aos Xokó;

- O Delegado da 3a. DR da Funai, no Recife, proíbe todos os índios desta Delegacia de participarem do encontro;

- Os índios Xukuru-Kariri e os Xokó-Kariri, de Palmeira dos índios, foram pessoalmente proibidos de participar da Assembléia, pelo Delegado Francisco Eudes e o Dr. Luís de Patrício, do DGPC.

- Esta reunião foi muito interrompida por fala de branco, que ora respondia a uma pergunta feita por um índio, ora era solicitado a falar ou falava sem ser solicitado. Um dos casos foi o do sertanista Sidney Possuelo, que, em um determinado momento, pediu a palavra, e disse como deveriam os índios encaminhar o encontro: ouvir reivindicação de cada grupo; não ficar respondendo um por um; que as reivindicações fossem apresentadas no final (do encontro). Porém, a reunião seguiu seu caminho normal, como os índios queriam.

- O Coronel Mércio Gomes de Souza gravou, às escondidas, as denúncias feitas pelos líderes indígenas. As informações eram transmitidas do local de reunião, através de um mini-transistor, para um carro que ficava do outro lado do rio, no município de Pão-de-Açúcar.

12 - **Fonte** : Boletim do Cimi nº 63 (Caderno Especial nº 3).

BRASÍLIA / DF

- 1 - **Onde** - Brasília/DF.
- 2 - **Quando** - 26 a 30 de junho de 1980.
- 3 - **Tema** - Organizar a entidade nacional e preparar manifestação indígena por ocasião da visita do Papa.
- 4 - **Composição étnica** :
- | | |
|--------------------------|--------------------------|
| 1 - Xukuru-Kariri/AL (1) | 14 - Krahô/GO (2) |
| 2 - Kariri-Xokó/AL (1) | 15 - Trumai/MT (1) |
| 3 - Galibi/AP (1) | 16 - Rikbaktsa/MT (2) |
| 4 - Karipuna/AP (2) | 17 - Tapirapé/MT (2) |
| 5 - Apurinã/AM (1) | 18 - Xavante/MT (2) |
| 6 - Tukano/AM (2) | 19 - Bororo/MT (4) |
| 7 - Kiriri/BA (2) | 20 - Maxakali/MG (2) |
| 8 - Pataxó/BA (3) | 21 - Krenak/MG (2) |
| 9 - Tupinikin/ES (2) | 22 - Potiguara/PB (1) |
| 10 - Guarani/ES (1) | 23 - Kaingang/PR (1) |
| Guarani/MS (2) | Kaingang/RS (2) |
| | Kaingang/SC (4) |
| 11 - Kaiowá/MS (1) | 24 - Wapixana/RR (1) |
| 12 - Terena/MS (4) | 25 - Shuar (Equador) (1) |
| 13 - Xerente/GO (1) | |

5 - **Convite** :

6 - **Coordenador** : Marçal de Souza Tupã'y (Guarani) e Domingos Veríssimo (Terena).

7 - **Local** : Sede da Contag - Núcleo Bandeirante, DF.

8 - **Frequência dos Assuntos** :

- 1 - Somos todos iguais: é o mesmo sangue, a mesma tripa, o mesmo coração (índios e brancos).
- 2 - Índio vai fazer força de todo Brasil (união).
- 3 - Branco chama índio de preguiçoso, que não trabalha (discriminação, estereótipo).
- 4 - Problemas de terra.
- 5 - Gado invade área indígena.
- 6 - Tem muitas doenças e falta remédio.
- 7 - Chefe de Posto não deixa índio sair para reunião.
- 8 - Promessas Funai.
- 9 - É o índio que vai resolver o problema do índio com a união, com a Unind (autonomia).
- 10 - Se Funai não demarcar, nós vamos demarcar nós mesmos, unidos.
- 11 - Funai proíbe índio de reunir em Assembléia com outros índios.
- 12 - Nem Funai, nem Missão manda na aldeia indígena; quem manda somos nós.
- 13 - Polícia Indígena e Polícia Federal reprime índio.
- 14 - Descaso da Funai.
- 15 - Funai tira índio de sua terra para dar para fazendeiro.

16 - Conflitos fazendeiros x índios.

17 - Funai nunca fez reunião para nos encontrarmos todos os parentes e irmãos do Brasil.

9 - **Colaboração :**

10 - **Desdobramento :**

- Foi elaborada uma carta para ser entregue ao Papa João Paulo II, quando de sua visita a Brasília, dia 30 de junho de 1980. Na carta foram denunciados os sofrimentos e as perseguições por que vêm passando as populações indígenas no Brasil. Foram ainda entregues ao Papa mais 4 (quatro) cartas: 3 (três) escritas pelos Xukuru-Kariri, Xokó-Kariri e Potiguara; e uma assinada em conjunto pelos Xavante, Bororo e Terena.

- Após a reunião de Brasília, alguns líderes indígenas foram se juntar a outros líderes, em Manaus, para participarem de uma outra reunião a propósito da visita do Papa. A reunião de Manaus seria um prolongamento da de Brasília.

11 - **Outras Observações :**

- Esta Assembléia não foi publicada na íntegra.

- Um dos pontos considerados importantes, foi a participação ativa de mulheres indígenas, que marcaram presença com seus longos e valiosos depoimentos.

- A Funai tentou impedir a realização desse encontro, de várias maneiras:

a) A Funai intimidou as nações indígenas, dizendo que não pagaria as despesas de transporte e alimentação dos que fossem à Assembléia. Esta atitude foi motivo de riso nas aldeias, já que a Funai nunca patrocinou nenhuma Assembléia. Disse ainda a Funai que não se responsabilizaria por nenhum "acidente" ocorrido com as lideranças indígenas;

b) A Funai prendeu, demitiu, impediu e ameaçou líderes indígenas por causa da Assembléia indígena.

c) Foram impedidos de participar os representantes da nação Kadiwéu.

d) Quatro líderes Kaingang, por ordem da Funai, foram presos pela Polícia Indígena de Nonoai/RS, por quererem participar da reunião.

- O único branco que teve voz neste encontro, foi o presidente do Cimi, D. José Gomes, quando foi convidado a falar, por ocasião da abertura do encontro. Ele participou só da abertura.

- Não foi permitida a presença de nenhum branco, com exceção dos convidados pelos índios para assessorar e gravar o encontro.

12 - Fonte : Porantim nº 21, p. 3 a 7 (agosto de 1980).

SÃO PAULO / SP

1 - Onde - São Paulo/SP.

2 - **Quando** - 26 a 29 de abril de 1981.

3 - **Tema** - Índios: Direitos Históricos.

4 - **Composição Étnica :**

| | |
|-----------------------|--|
| 1 - Galibi/AP | 15 - Kiriri/BA |
| 2 - Apurinã/AM | 16 - Tuxá/BA |
| 3 - Miranha/AM | 17 - Pataxó/BA |
| 4 - Tiriyó/PA | 18 - Krenak/MG |
| 5 - Tukuna/AM | 19 - Krahô/GO |
| 6 - Tukano/AM | 20 - Bakairi/MT |
| 7 - Wapixana-RR | 21 - Paresi/MT |
| 8 - Makuxi/RR. | 22 - Tapirapé/MT |
| 9 - Wasu/AL | 23 - Javaé/GO |
| 10 - Xokó/SE | 24 - Karajá/GO |
| 11 - Xukuru-Kariri/AL | 25 - Xavante/MT |
| 12 - Tingui-Botó/AL | 26 - Terena/MS |
| 13 - Potiguara/PB | 27 - Kaingang/RS |
| | Kaingang/PR |
| 14 - Pankararé/BA | 28 - representante quéchua: Guilherme Noriega |

Obs. : Segundo o relatório publicado pelo Porantim, participaram 73 líderes de 32 nações indígenas. No entanto, no relatório, não consta a lista dos participantes. A relação acima foi obtida através da leitura dos depoimentos 29 nações.

5 - **Convite :** Comissão Pró-índio de São Paulo.

6 - **Coordenação :**

7 - **Local :** Convento dos Dominicanos, no bairro de Perdizes, SP.

8 - **Frequência dos Assuntos :**

- 1 - Protesto contra hidrelétrica.
- 2 - Demarcação das áreas indígenas.
- 3 - Falta de reconhecimento por parte da Funai.
- 4 - Assistência médica.
- 5 - Assistência educacional.
- 6 - Participação do índio.
- 7 - Dinheiro de projetos não chega aos índios.
- 8 - Mudar o Chefe do Posto.
- 9 - Participação dos índios na aplicação da verba destinada aos projetos indígenas.
- 10 - Índios querem antropólogos no lugar de funcionário da Funai.
- 11 - Impedir estrada que cortará área indígena.
- 12 - Protestos contra normas do Banco do Brasil que dificultam o uso do crédito agrícola pelos índios.
- 13 - Que a Justiça reconheça os direitos históricos dos indígenas às suas terras.
- 14 - Funai defende os capitalistas.
- 15 - Protesto contra a repressão e a taxa de carceragem exigida do preso.
- 16 - Liberdade para se organizar e participar de reunião.

- 9 - **Colaboração** : CPI/SP, Cimi, diversas entidades de apoio.
- 10 - **Desdobramento** : Foram aprovadas várias propostas específicas de cada região e 11 propostas gerais. Foi eleita, por voto direto, a nova diretoria da UNI, composta por : Presidente, Mariano Marcos, da nação Terena; Vice-Presidente, Álvaro Sampaio, Tukano; Secretário, Lino Pereira Cordeiro, da nação Miranha. Dessa forma, Domingos Veríssimo e a diretoria eleita em Aquidauana, em junho/80 (Assembléia nº 27) ficaram de fora da direção da UNI.
- 11 - **Outras Observações**: Participaram, também, 32 (trinta e duas) entidades de apoio ao índio. O presidente do partido dos Trabalhadores, Luiz Inácio da Silva (Lula) e a atriz Sônia Braga, convidados, usaram a palavra. Participou ainda o quéchua Guilherme Noriega, que leu uma mensagem de solidariedade do Prêmio Nobel da Paz/1980, Adolfo Pérez Esquivel.
- 12 - **Fonte** : Porantim nº 29 p. 3 (maio/1981),
Caderno da Comissão Pró-Índio de São Paulo nº 4.

LOCALIZAÇÃO DAS ASSEMBLÉIAS

- 1 - Diamantino/MT (Missão Anchieta) - 17 a 19 de abril de 1974.
- 2 - Rio Cururu (município de Itaituba/PA) - 8 a 14 de maio de 1975.
- 3 - Meruri (município de General Carneiro/MT) - 2 a 4 de setembro de 1975.

- 4 - Frederico Westphalen/RS - 21 e 22 de outubro de 1975.
- 5 - Kumarumã (município de Diapoque/AP) - 22 e 23 de setembro de 1976.
- 6 - Tira-catinga (município de Diamantino/MT - 29 a 31 de dezembro de 1976.
- 7 - Surumu/RR (Missão São José) - 7 a 9 de janeiro de 1977.
- 8 - Ruínas de S. Miguel (município de Ijuí/RS) - 16 a 18 de abril de 1977.
- 9 - Tapirapé (município de Santa Terezinha/MT) - 7 e 8 de agosto de 1977.
- 10 - Dourados/MS - 1º a 3 de setembro de 1977.
- 11 - São Marcos (município de General Carneiro/MT) - 15 a 19 de maio de 1978.
- 12 - Goiás Velho/GO (Centro de Treinamento da Diocese) - 17 a 19 de dezembro de 1978.
- 13 - Surumu/RR (Missão São José) - 31 de março e 1º de abril de 1979.
- 14 - Normandia/RR - 21 e 22 de abril de 1979.
- 15 - Serra da Lua/RR (Maloca Manaua) - final de abril de 1979.
- 16 - Pari-Cachoeira/AM (Rio Tiquié) - 1º de setembro de 1979.

- 17 - Rio Purus/AM (Aldeia Paxiúba Velha) - 1º de setembro de 1979.
- 18 - Goiânia/GO (Centro de Treinamento de Líderes) - 27 a 31 de julho de 1979.
- 19 - Lábrea/AM - 1º de outubro de 1979.
- 20 - Rio Purus - Lago Mahãa (município de Pauini/AM) - início de outubro de 1979.
- 21 - Ilha de São Pedro (município de Porto da Folha/SE) - 12 a 14 de outubro de 1979.
- 22 - Sateré-Mawé (município de Barreirinha/AM) - dezembro de 1979
- 23 - Surumu/RR - 15 a 18 de janeiro de 1980.
- 24 - Manaus/AM - 20 a 28 de janeiro de 1980.
- 25 - Rio Purus - Lago Katipari (município de Pauini/AM) - 15 a 18 de fevereiro de 1980.
- 26 - Sateré-Mawé (Rio Marau/AM) - 18 e 19 de maio de 1980.
- 27 - Campo Grande/MS - 7 a 9 de junho de 1980.
- 28 - Brasília (sede da Contag, Núcleo Bandeirante/DF) - 26 a 30 de junho de 1980.
- 29 - Rio Purus (Maronawa/AC) - 28 a 30 de junho de 1980.
- 30 - Tefé/AM (Aldeia Miratu) - início de julho de 1980.
- 31 - Manaus/AM (Colégio Preciosíssimo Sangue) - 8 a 10 de julho de

1980.

- 32 - Campo Grande/MS - 6 e 7 de setembro de 1980.
- 33 - Maceió/AL - 8 e 9 de novembro de 1980.
- 34 - Vendaval (Alto Solimões/AM) - 8 de dezembro de 1980.
- 35 - Rio Andará-Aldeia do Simão (município de Barreirinha/AM) - 10 a 12 de dezembro de 1980.
- 36 - Surumu/RR (Missão São José) - 13 a 15 de janeiro de 1981.
- 37 - Teófilo Otoni/MG - 14 a 16 de janeiro de 1981.
- 38 - Garanhuns/PE - 13 a 16 de março de 1981.
- 39 - Porto Cordeirinho (município de Benjamin Constant/AM) - 15 de março de 1981.
- 40 - Alto Purus/AM (Aldeia Jarawara) - 19 a 21 de abril de 1981.
- 41 - São Paulo/SP (Convento Dominicano) - 26 a 29 de abril de 1981.
- 42 - Aquidauana/MS - 2 a 5 de maio de 1981.
- 43 - Taxi (município de Surumu/RR) - 12 a 14 de janeiro de 1982.
- 44 - Garanhuns/PE - 12 a 15 de março de 1982.
- 45 - Brasília (sede da Contag, Núcleo Bandeirante/DF) - 7 a 9 de junho de 1982.
- 46 - Aquidauana/MS - 12 a 15 de agosto de 1982.

- 47 - Garanhuns/PE - 10 a 12 de março de 1983.
- 48 - Kumarumã (município de Diapoque/AP) - 30 de abril a 2 de maio de 1983,
- 49 - Meruri (município de General Carneiro/MT) - 18 a 19 de agosto de 1983.
- 50 - Mirandela/BA (reserva Kiriri) - 29 de setembro a 2 de outubro de 1983.
- 51 - Dourados/MS - 3 de dezembro de 1983.
- 52 - Surumu/RR (Missão São José) - 4 a 6 de janeiro de 1984.
- 53 - Brasília/DF - 2 a 4 de abril de 1984.
- 54 - Vendaval/AM - 25 a 30 de abril de 1984.
- 55 - Santo Amaro - (Purus/AC) - 3 a 6 de julho de 1984.
- 56 - Belo Horizonte/MG - 26 e 27 de julho de 1984.
- 57 - Rio Branco/AC - 10 a 21 de agosto de 1984.

FREQÜÊNCIA DOS POVOS QUE PARTICIPARAM

1º) Xavante (MT) e Wapixana (RR): 16 participações;

2º) Makuxi (RR), Guaraní (MS, ES, SP, RJ, PR, SC, RS), Paresi (MT) e Apurinã (AM, AC): 15 participações;

3º) Terena (MS, SP) e Tukano (AM): 14 participações;

4º) Bororo (MT): 13 participações;

5º) Galibi (AP) e Kaingang (RS, SC, PR, SP): 12 participações;

6º) Tapirapé (MT) e Karipuna (AP): 11 participações;

7º) Tukuna (AM): 10 participações;

8º) Rikbaktsa (MT) e Sateré-Mawé (AM): 9 participações;

9º) Nambikuára (MT), Kulina (AC, AM), Pataxó (BA, MG), Xukuru-Kariri (AL), Krenak (MG, SP) e Miranha (AM): 8 participações;

10º) Irantxe (MT) e Wasú (AL): 7 participações;

11º) Kayabi (MT), Kayowá (MS), Kaxinauá (AC), Bakairi (MT), Kiriri (BA) e Potiguara (PB): 6 participações;

12º) Munduruku (PA, AM), Xerente (TO), Karajá (TO, MT), Jamamadi (AM), Paumari (AM), Xokó (SE), Krahô (TO), Kapinawá (PE) e Pankararé (PE): 5 participações;

13º) Apiaká (MT), Palikur (AP), Dessana (AM), Tupinikim (ES), Kaimbé (BA), Xokó-Kariri (AL), Pankararu (PE, AL), Tingüi-Botó (AL), Tuxá (BA) e Fulni-ô (PE): 4 participações;

14º) Tiriyó (PA), Taurepang (RR), Truká (PE), Ingarikó (RR), Yanomami (RR, AM), Tembé (PA): 3 participações;

15º) Tuyuka (AM), Maxakali (MG), Katukina (AM), Kanamari (AM), Kambeba (AM), Guajajara (AM), Yaminawa (AC) e Poyanawa (AC): 2 participações;

16º) Kaxuyana (PA), Minky (MT), Kadiweu (MS), Miriti (AM), Trumai (MT), Marajona (AM), Javaé (TO), Manitenéri (AM), Maku (AM), Kuikuro (MT), Atikum (PE), Xokleng (SC), Galibi-Marworno (AP), Parakanã (PA), Pataxó Hã-Hã-Hãe (BA), Xakriabá (MG), Iauanauá (AC), Kaxarari (AM), Kampa (AC), Maxineri (AC), Nuxini (AC) e Apinayé (TO): 1 participação.

ALGUMAS ANÁLISES

Encabeçando a lista de frequência, estão os Xavante, do Mato Grosso, e os Wapixana, de Roraima, com 16 participações cada povo. Tanto Xavante como Wapixana são nações populosas, e estão distribuídas por grande número de aldeias. Isso oferece, desde já, uma primeira explicação para sua grande assiduidade, pois, numa assembléia ia um Xavante de São Marcos; noutra, um Xavante de Sangradouro; noutra, um de Pimentel Barbosa

etc. Assim, igualmente, os Wapixana - e também os Makuxi, de Roraima, estes com 15 participações.

Enquanto Wapixana e Makuxi têm este alto índice sobretudo porque participaram de nada menos de 8 assembleias regionais em Roraima, a participação dos Xavante é qualitativamente diferenciada. Os Xavante foram o primeiro povo a se insurgir, de modo organizado, contra os invasores brancos, nas décadas recentes, e a conseguir a reconquista de suas terras. Essas lutas tiveram grande divulgação pela imprensa, tanto em cobertura feita por iniciativa dos veículos de comunicação, como a partir da busca da mídia pelos próprios Xavante. Dessa forma, quando começaram a acontecer as assembleias indígenas, os Xavante eram sempre convidados a participar, para transmitirem sua experiência. E - verdade seja dita - sempre fizeram isso com muita eficiência, pois algumas recuperações de áreas indígenas, como a de Nonoai/RS, pelos Kaingang, em 1978, aconteceram após algumas assembleias em que representantes Xavante e Kaingang trocaram suas experiências e discutiram e traçaram planos de ação.

A nação Guarani registra também um elevado índice de participação: esteve representada em 15 assembleias. É interessante notar, porém, que os participantes variavam, não apenas por serem de aldeias diferentes, mas inclusive procedentes de estados diferentes. Os Guarani são o povo indígena mais "esparramado" pelo Brasil afora: os participantes Guarani nessas 15 assembleias vieram de nada menos de sete unidades da Federação!

Os Tukano, do Amazonas, e os Apurinã, que têm aldeias no Amazonas e no Acre, além dos Terena (Mato Grosso do Sul e São Paulo) também registram alto índice de participação (14, 15 e 14 assembleias, respectivamente) por razões anteriormente descritas: são povos com muitas aldeias e participaram de várias assembleias de caráter regional. Em relação aos Terena, uma explicação adicional: devido ao número significativo de jovens Terena estudando fora de suas aldeias, sobretudo em Brasília, era mais fácil seu deslocamento para assembleias realizadas em cidades.

Finalmente, uma observação sobre a presença de representantes Paresí e Bororo, respectivamente em 15 e em 13 assembleias. O Cimi, que organizou as primeiras assembleias e apoiou grande parte das restantes, procurou, desde o início, que sua participação, como entidade patrocinadora, não descaracterizasse a "indianidade" das assembleias. Para isso, contatou duas expressivas lideranças indígenas - Daniel Matenho Cabixi, Paresi, e Lourenço Rondon, Bororo - que aceitaram participar das primeiras assembleias, coordenando algumas e fazendo o elo entre uma e outra, até que estivesse solidificada a experiência de encontro de lideranças. Não por acaso, a Missão Anchieta, em Diamantino, onde Daniel Matenho havia estudado, sediou a primeira de todas as Assembleias. E Meruri, a aldeia Bororo de Lourenço Rondon, foi a sede da terceira. Registre-se que outros Paresi e outros Bororo, além de Daniel e Lourenço, participaram de várias Assembleias.

P.S. = Alguém poderá lembrar, com muita oportunidade, a ausência dos povos xinguanos. Há poucos registros de sua participação: Kayabi do Xingu estiveram (com seus irmãos do Tatuí) na assembléia de São Marcos/MT (maio de 1978). Um Kuikuro e um Trumai também estiveram presentes a assembléias realizadas em Brasília. Circunstancialmente, esses xinguanos estavam na Capital Federal, e foram convidados. Ao isolamento geográfico e à ausência de transporte regular (há apenas os aviões da FAB e da Funai), agrega-se o estrito controle exercido pela Funai, como razões para essa reduzida participação. Apenas na curta gestão de Olímpio Serra na direção do Parque, esse cerco foi desfeito, justamente com a ida de uma delegação de Kayabi à aldeia dos Xavantes em São Marcos.

Não se ignora, também, a realização de assembléias regionais no perímetro do próprio Parque do Xingu. A grande imprensa noticiou uma ou duas delas. Foram acontecimentos importantes. Mas não temos conhecimento de nenhum tipo de registro além das reportagens (bem superficiais, aliás), da grande imprensa.

OS LÍDERES E SEUS DISCURSOS:

QUEM CONVOCA, QUEM FALA E O QUE SE FALA

Quem são os "líderes" que participaram das assembleias indígenas? Nas assembleias que o Cimi documentou em seu **Boletim**, os fascículos trazem, alternadamente, chamadas para "assembleias de chefes indígenas", de "líderes indígenas", de "líderes e representantes indígenas" etc. Mais recentemente - e sobretudo após a criação de UNI (União das Nações Indígenas), em 1980 - as assembleias ou "encontros" passaram a ser referidas como "de povos indígenas".

Nas assembleias realizadas em aldeias, sempre se registrou a presença, às vezes mais, às vezes menos numerosa, de elementos da comunidade anfitriã. Mas, mesmo nessas, o grosso dos participantes - e, portanto, dos oradores - era sempre constituída de "lideranças". Assim, volta-se à interrogação: que "lideranças" são essas?

É preciso lembrar que a realidade do contato interétnico vem alterando, no Brasil contemporâneo, a estrutura das sociedades indígenas, introduzindo modificações substantivas nas regras da organização interna. O líder de uma aldeia, para os ritos e/ou o trabalho, já não é, necessariamente, o mesmo que serve de interlocutor com os representantes da sociedade nacional. Em muitas aldeias, existem, hoje, um chefe "interno" e outro (s) chefe(s) para as relações com a Funai, com os visitantes, para as viagens etc. Em geral, este último tipo de liderança é assumida pelos homens mais novos.

Nas primeiras assembléias, os participantes eram, em geral, os chefes das aldeias. Mais tarde, os chefes, muitos deles idosos, passaram a ceder o posto para as lideranças mais jovens - que não apenas se expressavam melhor em português, a língua falada nas assembléias - como estavam mais inteirados dos problemas correntes entre os povos indígenas nas várias regiões do País, e ainda das soluções possíveis para esses problemas.

Entra aqui um outro componente do contato interétnico: a escolarização, responsável não somente pelo desembaraço verbal, como também pela capacidade de utilização dos códigos gráficos dos "brancos", tão importantes em reuniões como as assembléias de líderes.

Esse ponto pareceria menos relevante se não se observasse, por exemplo, que, na medida em que se torna mais complexa a organização dos povos indígenas a nível de articulação dentro do Estado brasileiro, jogam um papel importante exatamente aquelas lideranças indígenas "letradas". Elas, via de regra, são lideranças novas, forjadas, não no dia a dia das aldeias (muitos vivem fora da aldeia há vários anos), mas no contato com as entidades indigenistas que, com seu apoio e incentivo, reforçaram neles o sentimento de reidentificação étnica.

Esse é o caso, muito concreto, de várias lideranças da UNI - por exemplo, Álvaro Fernandes Sampaio, Tukano, e Ailton Lacerda, Krenak: é o caso, também, de muitos dos chamados "índios estudantes", principalmente em Brasília: são índios, que, escolarizados inicialmente nas aldeias, deslocaram-se posteriormente para as cidades maiores e capitais para prosseguir

os estudos. Esses jovens foram, em grande parte, absorvidos nos quadros funcionais da Funai - não apenas na burocracia de Brasília ou das Delegacias Regionais, mas, inclusive, em muitos casos, nas próprias aldeias, onde passaram a concorrer com as chefias tradicionais, tanto pelo status econômico proporcionado pelo salário fixo, como, também, pela efetiva parcela de poder outorgada a eles pelo órgão indigenista oficial.

Além de se analisar quem fala, é preciso, aqui, analisar o que se fala. E, para isso, faz-se mister verificar as fontes deste trabalho, os veículos que transcreveram ou resumiram os discursos pronunciados nas assembleias. Para se fazer o sumário das 57 assembleias, nós nos deparamos com o problema das fontes: enquanto algumas assembleias tiveram seus discursos integralmente - e até literalmente - transcritos, da fita gravada para o papel, de outras se tem apenas um registro mínimo, escondido nas páginas do "Porantim".

Levando-se em conta essa disparidade quantitativa e qualitativa da informação entre uma assembleia e outra, pode-se fazer uma análise, ainda que rápida, do conteúdo dos discursos nas assembleias.

Os sumários, dos quais foram apresentados alguns exemplos, revelam não apenas a frequência dos assuntos, mas a progressão qualitativa dos conteúdos. Temas com "terra" e "organização" são os de maior frequência. Mas, se nas primeiras assembleias, o problema da invasão das terras indígenas é abordado de forma pouco mais que descritiva e sempre localizada, e o que classificamos como "organização" resume-se, na verdade, a apelos

mais ou menos retóricos de quem sonha com uma genérica "união de todos os índios" - na medida em que as assembleias se sucedem, a questão da terra já vai sendo discutida dentro de um quadro de referências sócio-econômicas e políticas bastante articulado e com propostas concretas que revelam a constante evolução do processo organizativo do movimento indígena. Não se pense que essa evolução foi puramente mecânica, ou que a simples somatória de reuniões tenha resultado num acúmulo aritmético de avanços. Mas não é menos verdade que a participação assídua em assembleias proporcionou a muitos líderes uma acumulação de informações e experiências que lhes permitiu chegar mais facilmente a um raciocínio generalizador; e agregar à sua consciência étnica uma consciência de classe, como se depreende de depoimentos como o de Lino Miranha, na Assembleia do Rio Andirá, em dezembro de 1981: "Nem todo branco é culpado pelos massacres e esfacelamento dos índios, e sim os latifundiários e os capitalistas: esses são os culpados". Ou o jovem líder dos Tapirapé, Awãetekãto'i, na assembleia realizada em sua aldeia, em agosto de 1977, que, quando comentava a situação dos peões da fazenda Tapiraguaia, mandados pelo patrão para abrirem "picadas" invadindo a área indígena, fazia a distinção entre peões e fazendeiros, apontando somente estes últimos como inimigos dos índios.

Como bem resumiu Roberto Cardoso de Oliveira (1982, p. 9/10), as assembleias propiciaram "a criação de condições de surgimento de uma política indígena, isto é, divergente da política indigenista oficial" e "tiveram o mérito de

conscientizar os povos indígenas sobre os seus direitos e organizar suas lideranças para a luta política".

Há quem analise as assembleias indígenas como eventos onde a maior parte do tempo é ocupada com a apresentação dos próprios participantes e dos problemas particulares de cada povo, que giram em torno da questão da terra, e onde se buscam soluções pontuais ou se fazem apelos genéricos à união, dando a impressão de desconexão entre os discursos - considerados, despectivamente, "monólogos sem nexos".

Essas avaliações superficiais e etnocêntricas que alguns fizeram sobre as assembleias indígenas, além de pecarem pela generalização, não levaram em conta o fato de que, em cada nova assembleia, sempre havia representantes de povos que compareciam pela primeira vez. A volta cíclica aos problemas locais, com uma abordagem particularizada, refletiu, muitas vezes, esse fato. Na verdade, a apresentação reiterada dos problemas de terra, ocorridos em áreas diversas, permite uma generalização, essa sim, necessária, porque reveladora do nexo que se cobra a essa suposta "série de monólogos".

Haveria ainda que considerar a questão da língua e da linguagem, que são os códigos pelos quais é transmitida a mensagem. Das assembleias participam representantes de diversos povos, membros de diferentes famílias linguísticas. Com exceção das assembleias de caráter local, ou das de caráter regional, que reúnem representantes de um mesmo povo, oriundo de diversas aldeias, a "língua geral" das assembleias é o Português. Comentando um estudo do historiador Eduardo Hoornaert sobre as

assembléias indígenas, Roque Laraia (1978, p. 201) observa que "as vozes dos representantes indígenas (...) são expressas em um contexto que não pertence às suas fronteiras culturais. (...) o índio não diz o que pensa e o que quer, mas o que pode, dentro de suas limitações lingüísticas e culturais". Sua mensagem, portanto, acaba "distorcida pelo fato de ter sido gerada numa cultura e expressa em outra".

Isso se pode observar nitidamente na leitura de uma assembléia como a realizada em agosto de 1977 na Aldeia Tapirapé. Todos os discursos foram transcritos pelo **Boletim do Cimi**, em versão integral, respeitando-se a forma de construção utilizada (somente não se fez a transcrição fonética).

As "limitações lingüísticas" a que se refere Laraia são consideravelmente menores nos documentos e declarações que são lançados no final de algumas assembléias. Redigidos por aqueles poucos líderes bem familiarizados com o código da sociedade nacional, que frequentaram escola por mais tempo, esses documentos, em geral, são bastante objetivos, na exposição dos problemas e na apresentação das reivindicações. Daniel Matenho Cabixi, por exemplo, foi o autor, entre outros documentos, da histórica declaração das Ruínas de São Miguel, divulgada no Dia do índio de 1977 - 221 anos depois do esmagamento da organização Guarani, naquele mesmo lugar: "Não podemos aceitar que outro povo decida os caminhos que devemos trilhar. Dia do índio deveria ser o dia de escutar o índio".

CONCLUSÃO

RUMO A UMA POLÍTICA INDÍGENA DE ALIANÇAS

Em artigo preparado, no início de 1976, para um número monográfico da **Revista de Cultura Vozes**, o antropólogo brasileiro Roque de Barros Laraia afirmava: "Desde o início da política indigenista brasileira ficou patente que, em nenhum momento, o destino de nossas populações tribais foi dissociado da sociedade nacional. A possibilidade, ainda que remota por motivos estruturais, da evolução das pequenas sociedades tribais em nações independentes, não consta mesmo das formulações da Comissão Rondon, como salientou o antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira em **Utopia e política indigenista** (1972)." Categórico, Laraia prosseguia: "A história desta política tem demonstrado que, para o índio, existem apenas três alternativas: integração, assimilação ou extinção. A possibilidade de continuar existindo como sociedade tribal ou de evoluir para uma micronação constituem, hoje, formas diferentes de uma mesma utopia, que somente pode ser idealizada por aqueles que conseguem se abstrair da realidade histórica" (1976:165).

Dois anos mais tarde, Laraia reiterou seu ponto de vista, em artigo, já citado, escrito para a revista **Religião e Sociedade**, a propósito das assembleias indígenas. O autor reproduziu, até, esse mesmo parágrafo.

Parece incontestável a ligação estabelecida entre o destino dos dois tipos de sociedade: a indígena e a nacional. A incógnita, sobre a qual o próprio Laraia se debruça,

ao discutir o conceito de "integração", é a forma como se dará o processo evolutivo que conduz os índios a esse encontro com a sociedade nacional. Mais exatamente: se os povos indígenas serão arrastados a esse encontro e, portanto, integrados compulsoriamente e na margem de nossa sociedade; ou, se ao contrário, terão voz para falar e ouvidos que os ouçam para poderem, eles próprios, definir as etapas desse processo.

Analisando "a questão indígena nacional", o missionário Paulo Suess afirmou, em abril de 1984, que, "para a defesa da terra dos povos indígenas e a conquista da sua autodeterminação, dois tipos diferentes de alianças se fazem necessários. Primeiro, a aliança étnica, a união dos próprios povos indígenas, com o afunilamento das suas reivindicações em nível regional, nacional e continental. Segundo, a aliança de classe, que sintoniza as reivindicações étnicas com os anseios básicos de outros segmentos da sociedade nacional, segmentos que estão igualmente ameaçados na sua sobrevivência" (Correio Braziliense, 22/4/84, p. 23).

A realização de assembleias indígenas, no Brasil, tem-se revelado não apenas um instrumento eficiente para nortear o processo de "integração", como, ainda, é a própria práxis dessa integração conduzida de uma forma digna. As assembleias definem uma política indígena, como lembrou Roberto Cardoso de Oliveira, estabelecendo as alianças necessárias.

A aliança étnica de que fala Paulo Suess desembocou na criação da União das Nações Indígenas (UNI) - com

todas as contradições que tenham permeado o processo e que ainda subsistam até a consolidação da entidade. Ainda que o conceito de "nação indígena" tenha assustado o Serviço Nacional de Informações - que, em março de 1981, determinou que a Funai minasse a entidade indígena - não parece estar nos planos da UNI combater o Estado nacional brasileiro nem constituir utópicas micronações separatistas. A União das Nações Indígenas tem outros objetivos - precariamente formulados, em algumas assembleias, mas tendentes todos a constituir o cerne dessa política indígena. Uma política em que a UNI seja interlocutora credenciada pelos povos indígenas junto às autoridades nacionais.

Claro está que, num País onde toda a população não chega a 0,2% da população global que é de 140 milhões, a aliança, ou seja, a coesão interna do movimento indígena é insuficiente para garantir a força desejada. Torna-se indispensável implementar a aliança de classe, que deve constituir a estratégia da política indígena no Brasil. Conscientes de sua condição de minoria, os povos indígenas reforçarão alianças táticas - já existentes com as entidades de apoio ao índio, com setores da Igreja, do Congresso Nacional etc.

Olhando as políticas indígenas desenvolvidas em outros países da América Latina, pode-se pensar que tudo esteja muito atrasado, em nosso Brasil. Mesmo que se abstraia de comparações indevidas com países de maioria indígena, como Peru e Bolívia, onde floresce a utopia restauracionista do Tawantinsuyu (Porantim, nº 50), pode-se constatar que o movimento indígena, no

Brasil, queimou algumas etapas na estruturação de sua entidade nacional. Na Colômbia, por exemplo, onde os indígenas são 2% da população, a ONIC (Organização Nacional Indígena da Colômbia) só foi criada em 1982, onze anos após se estruturar a primeira entidade de base, o **CRIC - Conselho Regional Indígena do Cauca (Porantim nº 70)**.

As lideranças da UNI recompõem a estrada aberta acodadamente, e vêm estruturando, desde 1984, as Regionais de entidade.

Mas como "o destino de nossas populações tribais em nenhum momento foi dissociado da sociedade nacional", há que se contar, para o fortalecimento da UNI, com o avanço das alianças "para fora": as alianças estratégicas com os demais segmentos explorados da sociedade e as alianças táticas com setores médios e mesmo fatias instaladas no Poder.

O novo Governo que se instala a 15 de março de 1985 constitui, para o movimento indígena, um desafio: de um lado, conseguirão os aliados estratégicos ganhar mais força com o fim do regime autoritário? de outro, conseguirá o movimento indígena consolidar-se internamente e ampliar seus espaços de atuação política por exemplo, no próprio Congresso Nacional?

BIBLIOGRAFIA

- ALENCAR, Francisco et alii. **História da sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979. 339 p.
- AMARANTE, Elizabeth A. R. e NIZZOLI, Verônica. **Precisamos um chão: depoimentos indígenas**. São Paulo: Loyola, 1981. 119 p.
- BALANDIER, Georges. **Antropologia política**. São Paulo: Difel/Edusp, 1969. 192 p.
- BELTRÃO, Luiz. **O índio, um mito brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1977. 325 p.
- BEOZZO, José Oscar. **Leis e regimentos das missões: política indigenista no Brasil**. São Paulo: Loyola, 1983. 218 p.
- BERGMANN, Michel. **Nasce um povo**. Petrópolis: Vozes, 1974. 204 p.
- CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o estado**. Porto: Ed. Afrontamento, 1979. 211 p.
- DAVIS, Shelton H. **Vítimas do milagre: o desenvolvimento e os índios do Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. 208 p.
- FERNANDES, Florestan. **Investigação etnológica no Brasil e outros ensaios**. Petrópolis: Vozes, 1975. 298 p.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de, et alii. **História geral da civilização brasileira**, tomo I: A época colonial, 1º vol.: Do descobrimento à expansão territorial. Difusão Européia do Livro, 1968. 389 p.
- LARAIA, Roque de Barros. **Integração e utopia**. In: **Revista de Cultura**. Vol. LXX, nº 3. Petrópolis: Vozes, abril de 1976.
- LUGON, C. **A república comunista cristã dos Guaranis: 1610/1768**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968. 347 p.
- LEITE, Arlindo G. O. **A mudança na linha de ação missionária indigenista**. São Paulo: Paulinas, 1982. 75 p.
- MOREIRA NETTO, Carlos Araújo. **Política indigenista brasileira: século XIX**. 2ª parte. Tese mimeografada pelo Autor.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **A sociologia do Brasil indígena**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/UnB, 1978. 222 p.
- **Identidade, etnia, estrutura social**. São Paulo: Pioneira, 1976. 118 p.
- **Movimentos indígenas e indigenismo en Brasil**. In: **América Indígena**. Vol. XLI nº 3, México, julio/setiembre, 1981.

..... **O índio e o mundo do branco.** São Paulo: Pioneira, 1972.
139 p.

..... **"Sociedade plural" e pluralismo cultural no Brasil.** Série
Antropologia nº 3 Brasília, UnB, 1982. 16 p. Mimeografado.

PAULA, Eunice Dias de, et alii. **Confederação dos Tamoios: a união
que nasceu do sofrimento.** Petrópolis: Vozes/Cimi, 1984. 159 p.

QUINTILIANO, Aylton . **A guerra dos Tamoios.** Rio de Janeiro, Reper,
s.d. 248 p.

RIBEIRO, Berta. **O índio na História do Brasil.** História popular,
nº 13. São Paulo: Global, 1983. 125 p.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização.** Rio de Janeiro:
Civilização Brasileira, 1970. 495 p.

PERIÓDICOS

ACONTECEU Especial - Povos indígenas no Brasil. Edições 1980 a
1984. CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação, São
Paulo/Rio de Janeiro.

BOLETIM DO CIMI - Coleção Completa. Campo Grande, Brasília e
Goiânia, 1972 a 1981. Conselho Indigenista Missionário.

**CADERNOS DA COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO SP nº 3: índios - direitos
históricos.** São Paulo, 1982.

JORNAL INDÍGENA/UNI - União das Nações Indígenas, Regional Sul,
Departamento de Publicações. São Paulo, nºs 1 e 2.

PORANTIM - Coleção completa, do nº 1 ao nº 70. Manaus e Brasília,
1978 a 1984.

RELIGIÃO E SOCIEDADE nº 3, - Outubro de 1978. São Paulo,
Civilização Brasileira.